PROCESSO TC nº 04.259/20

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande, ***Sr. Antonio Hermano de Oliveira,*** concedendo aposentadoria voluntária com proventos proporcionais a ***Sra. Maria Glauria Albuquerque Ramos,*** matrícula nº 4159, Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que contava, à época, com 11 anos, 07 meses e 19 dias de tempo de contribuição e idade de 61 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria – A – Nº 0014/2020] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

1ª Câmara

Processo TC nº **04.259/20**
Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): ***Maria Glauria Albuquerque Ramos***
Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande**
Gestor Responsável: ***Antonio Hermano de Oliveira***
Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0116/2022

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 04.259/20,** referente aposentadoria voluntária com proventos proporcionais da ***Sra. Maria Glauria Albuquerque Ramos,*** matrícula nº 4159, Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da ***1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria – A – Nº 0014/2020], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 03 de fevereiro de 2022.

Assinado 3 de Fevereiro de 2022 às 12:59



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Assinado 3 de Fevereiro de 2022 às 11:39



Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 3 de Fevereiro de 2022 às 12:59



Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO